

# TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de limpeza e descartáveis essenciais para o funcionamento da Secretaria de Educação., conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação são de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 209.836,05 (duzentos e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinco centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	8888 - Agua sanitária múltiplo uso, com mínimo 2,0% de cloro ativo, frasco de 1l. Rótulo contendo os dados- água sanitária múltiplo uso. Rótulo contendo os dados.	UNIDADE	4.000	R\$ 3,41	R\$ 13.640,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 4.000,00   Valor Total R\$ 13.640,00				
2	8888 - Álcool etílico com teor alcoólico 70% INPM hidratado diluído embalado em gel, garrafas de 1 litro.	UNIDADE	100	R\$ 13,93	R\$ 1.393,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 1.393,00				
3	8888 - Avental de cozinha reforçado churrasqueiro impermeável cor branco desenho do tecido liso. Aventais confeccionados em PVC resistente, espessura de 0,18 a 0,20mm para alta durabilidade. Ajuste no pescoço e na cintura para conforto.	UNIDADE	200	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 200,00   Valor Total R\$ 1.800,00				
4	8888 - Bacia plástica com capacidade para 20 litros	UNIDADE	30	R\$ 14,06	R\$ 421,80
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 30,00   Valor Total R\$ 421,80				
5	8888 - Bacia plástica com capacidade para 10 litros	UNIDADE	50	R\$ 9,79	R\$ 489,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 489,50				
6	8888 - Bacia plástica com capacidade para 05 litros	UNIDADE	50	R\$ 4,68	R\$ 234,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 234,00				
7	8888 - Balde de plástico reforçado, 12 litros com alça.	UNIDADE	50	R\$ 13,46	R\$ 673,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 673,00				
8	8888 - Balde de plástico com tampa com capacidade para 50 litros, em plástico resistente.	UNIDADE	15	R\$ 32,31	R\$ 484,65
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 15,00   Valor Total R\$ 484,65				
9	8888 - Cera Tipo: Líquida, Cor: Incolor, Composição: Dispersões Acrílicas, Resina Acrílica, Coadjuvante, Características	UNIDADE	100	R\$ 11,28	R\$ 1.128,00

	Adicionais: Auto brilho, 750 ML				
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 1.128,00				
10	8888 - Colher plástico descartável para sobremesa na cor transparente. Material em acrílico transparente. Embalagem com 50 unidades	UNIDADE	50	R\$ 2,99	R\$ 149,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 149,50				
11	8888 - Copo descartável de poliestireno, para líquidos, com capacidade de 180 ml, acondicionado em embalagens de 100 copos com peso mínimo de 198 gramas.	PACOTE	200	R\$ 4,67	R\$ 934,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 200,00   Valor Total R\$ 934,00				
12	8888 - Copo descartável de poliestireno, para líquidos, com capacidade de 200 ml, acondicionado em embalagens de 100 copos.	PACOTE	200	R\$ 4,68	R\$ 936,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 200,00   Valor Total R\$ 936,00				
13	8888 - Copo descartável transparente, para líquidos, com capacidade de 300 ml, acondicionado em embalagens de 100/200 copos.	PACOTE	50	R\$ 8,17	R\$ 408,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 408,50				
14	8888 - Desinfetante 01 litro: desinfetante concentrado eucalipto, floral ou lavanda, para lavagem geral de superfícies, banheiros e utensílios. Teor de ativos: 25% diluição máxima: 1/200. Antisséptico, germicida e bactericida, aspecto físico: líquido, o produto deve ter registro no ministério da saúde. Embalagem com 1 litros, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 5 meses. Produto com registro na ANVISA.	UNIDADE	1.000	R\$ 9,80	R\$ 9.800,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 1.000,00   Valor Total R\$ 9.800,00				
15	8888 - Detergente líquido, embalagem com 500ml.	UNIDADE	1.000	R\$ 2,47	R\$ 2.470,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 1.000,00   Valor Total R\$ 2.470,00				
16	8888 - Escova para lavar vaso sanitário, em plástico com cerdas de nylon, com comprimento de cabo de pelo menos 30 cm	UNIDADE	30	R\$ 6,44	R\$ 193,20
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 30,00   Valor Total R\$ 193,20				
17	8888 - Escova Multiuso limpeza para cozinha com cerdas de nylon e cabo com 20 a 27 cm.	UNIDADE	10	R\$ 9,56	R\$ 95,60
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 10,00   Valor Total R\$ 95,60				
18	8888 - Esponja para limpeza tipo dupla face esponja lava louça multiuso Dimensão: 110mmx75mmx22mm	UNIDADE	2.000	R\$ 1,23	R\$ 2.460,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 2.000,00   Valor Total R\$ 2.460,00				
19	8888 - Flanela 100% algodão, medindo 38 x 58cm, na cor laranja/vermelha, com as bordas chuleadas	UNIDADE	200	R\$ 4,13	R\$ 826,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 200,00   Valor Total R\$ 826,00				
20	8888 - Fralda descartável infantil tamanho GG	PACOTE	150	R\$ 16,92	R\$ 2.538,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 150,00   Valor Total R\$ 2.538,00				
21	8888 - Garfo plástico descartável para sobremesa - na cor transparente. Material em acrílico transparente. Embalagem com 50 unidades	UNIDADE	20	R\$ 3,36	R\$ 67,20
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b>				

	Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 20,00   Valor Total R\$ 67,20				
22	8888 - Inseticida aerossol 450ml Multiinseticida em aerossol de boa qualidade	UNIDADE	50	R\$ 17,45	R\$ 872,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 872,50				
23	8888 - Lã de aço composta de aço carbono, acondicionada em sacos plásticos contendo 8 unidades, 60g.	UNIDADE	1.000	R\$ 2,38	R\$ 2.380,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 1.000,00   Valor Total R\$ 2.380,00				
24	8888 - Limpa alumínio 500ml, acondicionado em frascos de plástico.	UNIDADE	400	R\$ 3,89	R\$ 1.556,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 400,00   Valor Total R\$ 1.556,00				
25	8888 - Lixeira plástica 7 litros com tampa e pedal (acionamento da tampa por pedal)	UNIDADE	50	R\$ 17,75	R\$ 887,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 887,50				
26	8888 - Limpa vidros 500ml	UNIDADE	100	R\$ 9,66	R\$ 966,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 966,00				
27	8888 - Lustra móveis 200ml	UNIDADE	100	R\$ 9,48	R\$ 948,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 948,00				
298	8888 - Limpador multiuso 500ml	UNIDADE	50	R\$ 6,35	R\$ 317,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 317,50				
29	8888 - Luva de látex cano longo - luva até o cotovelo, luva de látex longa e sem forro. Punho com virola que prende-se ao antebraço. Antiderrapante extra. Tamanho 7.	UNIDADE	50	R\$ 13,48	R\$ 674,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 674,00				
30	8888 - Luva de látex cano longo - luva até o cotovelo, luva de látex longa e sem forro. Punho com virola que prende-se ao antebraço. Antiderrapante extra. Tamanho 9.	UNIDADE	50	R\$ 8,37	R\$ 418,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 418,50				
31	8888 - Luva látex natural interior liso antiderrapante punho com virola. Tam M (7)	UNIDADE	300	R\$ 3,52	R\$ 1.056,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 300,00   Valor Total R\$ 1.056,00				
32	8888 - Luva plástica descartável (cx c/100)	UNIDADE	10	R\$ 6,39	R\$ 63,90
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 10,00   Valor Total R\$ 63,90				
33	8888 - Pá para lixo em plástico com cabo de madeira medindo 70 cm	UNIDADE	100	R\$ 11,39	R\$ 1.139,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 1.139,00				
34	8888 - Pano de chão medindo aproximadamente 70 x 50 cm. Em saco de algodão, com bordas chuleadas.	UNIDADE	100	R\$ 5,33	R\$ 533,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 533,00				
35	8888 - Pano de prato medindo aproximadamente 73 x 42 cm, fabricado em algodão cru, na cor branca.	UNIDADE	100	R\$ 3,84	R\$ 384,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 384,00				
36	8888 - Papel higiênico bloco folha dupla neutro com 30m, extra branco, picotado acondicionados em pacotes com 4 unidades.	PACOTE	3.000	R\$ 4,60	R\$ 13.800,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 3.000,00   Valor Total R\$ 13.800,00				

37	8888 - Papel toalha - Com folha dupla, cor branca, alta absorção, tamanho 22X20, pacote com dois rolos,	UNIDADE	100	R\$ 4,08	R\$ 408,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 408,00				
38	8888 - Prato descartável bolo sobremesa branco medindo 15 cm de diâmetro, pacote com 10 unidades.	UNIDADE	500	R\$ 1,39	R\$ 695,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 500,00   Valor Total R\$ 695,00				
39	8888 - Rodo plástico 60cm- de plástico, grande, com borrachas de eva duplas, serrilhas na parte superior, resistente e com perfeito acabamento, cabo de madeira revestido de plástico com rosca na ponta	UNIDADE	50	R\$ 14,96	R\$ 748,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 748,00				
40	8888 - Rodo plástico 45cm- de plástico, médio, com borrachas de eva duplas, serrilhas na parte superior, resistente e com perfeito acabamento, cabo de madeira revestido de plástico com rosca na ponta	UNIDADE	100	R\$ 23,48	R\$ 2.348,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 2.348,00				
41	8888 - Sabão em barra. Composição básica de carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas, ph 1% = 11,5 máximos, alcalinidade livre; máximo de 0,5% p/p de glicerina, embalado em saco plástico com 5 barras de 200 gramas	UNIDADE	1.500	R\$ 23,09	R\$ 34.635,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 1.500,00   Valor Total R\$ 34.635,00				
42	8888 - Sabão em pó. Composição: alquibenzenosulfonato de sódio, tripolifosfato de sódio, carbonato de sódio, carboximetilose de sódio, pigmento azul 4, 4bls, ácido 4,4 diamino estebino 2,2, dissinonico, sulfato de sódio, copolímero acrílico, enzimas, perfume. Embalagem com 500 gramas.	UNIDADE	1.500	R\$ 5,96	R\$ 8.940,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 1.500,00   Valor Total R\$ 8.940,00				
43	8888 - Sabonete em barra com 85g diversas fragrâncias.	UNIDADE	200	R\$ 2,67	R\$ 534,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 200,00   Valor Total R\$ 534,00				
44	8888 - Sabonete Líquido para uso geral. Líquido, concentrado com fragrância suave ou neutra. Embalagem acondicionado em frasco de 2 litros. O produto deve possuir registro/autorização no órgão competente, como a ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 10,85	R\$ 5.425,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 500,00   Valor Total R\$ 5.425,00				
45	8888 - Saco plástico hot dog 20 x 10 - Sacos plástico de polietileno, denominado saco P.E.B.D. leitoso para cachorro quente. Características: leitoso, fácil manuseio, micra 7 super-resistente, tamanho saquinho Hot Dog 20 x 10. Pacote com 100 unidades.	UNIDADE	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 50,00   Valor Total R\$ 530,50				
46	8888 - Saco para lixo resistente 30 litros rolo com 100 unidades	UNIDADE	500	R\$ 14,35	R\$ 7.175,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 500,00   Valor Total R\$ 7.175,00				
47	8888 - Saco para lixo resistente 50 litros rolo com 100 unidades	UNIDADE	500	R\$ 24,45	R\$ 12.225,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 500,00   Valor Total R\$ 12.225,00				
48	8888 - Saco para lixo resistente 100 litros rolo com 100 unidades	UNIDADE	350	R\$ 32,81	R\$ 11.483,50
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b>				

Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 350,00   Valor Total R\$ 11.483,50					
49	8888 - Sacola Plástica REFORÇADA, na cor branca, com alças no tamanho de 80 x 100cm, vendida por kg.	QUILOGRAM A	500	R\$ 36,27	R\$ 18.135,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 500,00   Valor Total R\$ 18.135,00				
50	8888 - Sacola Plástica REFORÇADA, na cor branca, com alças no tamanho de 50 x 60cm, vendida por kg.	QUILOGRAM A	500	R\$ 15,05	R\$ 7.525,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 500,00   Valor Total R\$ 7.525,00				
51	8888 - Touca descartável - Pct com 100 unidades, touca descartável confeccionada em TNT, com gramatura de 20 ou 30 gr/m2 em formato de circunferência (disco) tamanho único de dimensão suficiente para abrigar toda a cabeça fechamento nas bordas com elástico recoberto e preso a touca com costura simples.	UNIDADE	30	R\$ 8,14	R\$ 244,20
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 30,00   Valor Total R\$ 244,20				
52	8888 - Vassoura de limpeza. Com cabo de madeira revestido, cerdas de polipropileno, indicada para pisos rústicos. 265 x 199	UNIDADE	100	R\$ 13,15	R\$ 1.315,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 1.315,00				
53	8888 - Vassoura de nylon, com cabo de madeira, com rosca, medida da base de 20 cm, com base de madeira. Para ambiente externo.	UNIDADE	100	R\$ 9,36	R\$ 936,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 936,00				
54	8888 - Bobina picotada com 500 unidades de saco plástico com dimensões 33x50 (Tamanho M). Capacidade de até 2kg. Extremamente prático, econômico e higiênico.	ROLO	100	R\$ 21,26	R\$ 2.126,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 100,00   Valor Total R\$ 2.126,00				
55	8888 - Bobina filme de PVC 30X300M.	UNIDADE	1.000	R\$ 27,27	R\$ 27.270,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> Secretaria de Educação e Desportos   Quantidade: 1.000,00   Valor Total R\$ 27.270,00				
<b>Valor Total</b>				<b>R\$ 209.836,05</b>	

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco enfrenta um problema significativo na aquisição eficiente e contínua de materiais de limpeza e descartáveis, essenciais para o funcionamento adequado de suas operações diárias. A falta de um fornecimento regular e confiável desses materiais compromete a higiene e a segurança nos ambientes municipais, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. Essa situação gera interrupções e ineficiências que afetam tanto os funcionários quanto os cidadãos que utilizam os serviços públicos.

Os principais envolvidos nesse problema são os gestores municipais responsáveis pela administração dos recursos e pela manutenção dos serviços públicos, além dos funcionários que dependem diretamente desses materiais para realizar suas atividades diárias. A percepção comum entre esses atores é a necessidade urgente de um sistema de aquisição que garanta a disponibilidade contínua e a qualidade dos produtos, evitando atrasos e falta de suprimentos que podem comprometer a operação dos serviços municipais.

Resolver esse problema é de interesse público, pois assegura a manutenção da higiene e da

segurança nos espaços públicos, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população. Espera-se que, ao solucionar essa questão, haja uma redução no tempo de espera para reposição de materiais, um ganho significativo em eficiência operacional e um melhor atendimento aos cidadãos. Além disso, uma aquisição mais eficiente pode resultar em economia de recursos públicos, ao evitar compras emergenciais e desperdícios, alinhando-se aos princípios de economicidade e eficiência na administração pública.

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 7. DAS AMOSTRAS

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

#### 8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

#### 9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
- 11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de pequeno porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual - MEI;
  - 11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedor Individual - MEI.
  - 11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance

até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

- 11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

## 12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

- 13.2. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

## 14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias e prazo de entrega dos produtos.

## 15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 15.2. **A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**
- 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

- 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital - ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de

Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas - Brasileiras - ICP - Brasil.

- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 15.4.2. No (s) referido (s) atestado deverá, obrigatoriamente, constar a razão social/C.N.P. J/ endereço/contato/nome e cargo de quem o emitiu;
- 15.4.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente.
- 15.4.4. Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com a lei 14.133/2021;

- 15.4.5. 8.5.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 15.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, Cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

## 16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

- 16.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 16.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 16.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Belém de São Francisco em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.
- 16.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 16.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal a Sr<sup>a</sup>. **Hilmara Roriz da Silva, CPF: 06549959403** do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

- 17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
  - 17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 17.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
  - 17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
  - 17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
  - 17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### Fiscalização Administrativa

- 17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
  - 17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### Gestor do Contrato

- 17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

### ENTIDADE 13

PDER 03

ORÇÃO 20

UNIDADE 01

FUNÇÃO 12

Sub Função 122

Programa 1222

Proj. Atividade 2981

Fonte 1500

**Ficha 375 3.3.90.00.00**

Sub Função 366

Programa 1221

Proj. Atividade 2883

Fonte 1500

**Ficha 396 3.3.90.00.00**

### UNIDADE 03

#### FUNÇÃO 12

Sub Função 306

Programa 1221

Proj. Atividade 2067

Fonte 1552

**Ficha 414 3.3.90.00.00**

Sub Função 361

Programa 1221

Proj. Atividade 2064

Fonte 1550

**Ficha 417 3.3.90.00.00**

Sub Função 361

Programa 1221

Proj. Atividade 2065

Fonte 1550

**Ficha 418 3.3.90.00.00**

Proj. Atividade 2975

Fonte 1569

**Ficha 419 3.3.90.00.00**

### UNIDADE 04

#### FUNÇÃO 12

Sub Função 361

Programa 1221

Proj. Atividade 2867

Fonte 1552

**Ficha 430 3.3.90.00.00**

## 19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 20.2.1. o prazo de validade;
  - 20.2.2. a data da emissão;
  - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 20.2.5. o valor a pagar; e
  - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Belém de São Francisco - PE, 31 de Março de 2026

---

LARAMIRE MARIA PEREIRA  
CHEFE DO SETOR DE ARTICULAÇÃO  
057/2025

# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



**Código: cdbbb492-dec2-4584-9cd3-372fcdd10cc8**

URL: <https://www.bid.startgov.com.br/validacao>

## Lista de Assinaturas

**LARAMIRE MARIA PEREIRA**

CPF: 030.XXX.XXX-47

Tipo de assinatura: Assinatura Simples

Assinado em: 31/03/2026 12:53:48 (GMT-03:00)